



# Observatório da Oposição 2025

22 DE ABRIL · RELATÓRIO SEMANAL Nº 85

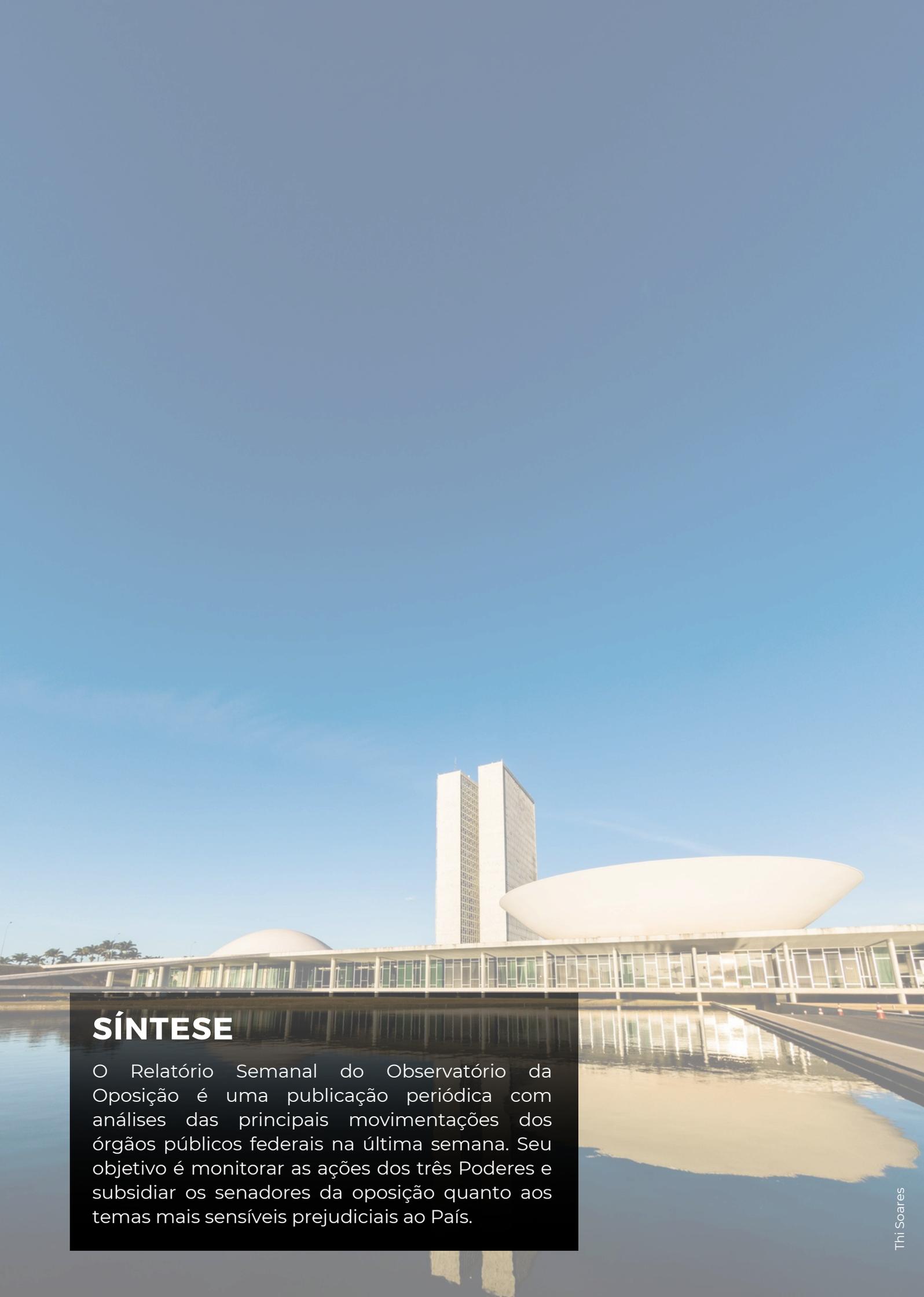
## A implosão fiscal em curso



**POLÍTICA  
FISCAL**

SENADOR  
**ROGÉRIO  
MARINHO**

SENADOR ROGÉRIO MARINHO  
LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL  
ANEXO II, ALA FILINTO MULLER, GABINETE 6 - TEL.: (61) 3303 1221



## SÍNTESE

O Relatório Semanal do Observatório da Oposição é uma publicação periódica com análises das principais movimentações dos órgãos públicos federais na última semana. Seu objetivo é monitorar as ações dos três Poderes e subsidiar os senadores da oposição quanto aos temas mais sensíveis prejudiciais ao País.

# PRIORIDADES DA SEMANA

1

## ECONOMIA

Página

A implosão fiscal em curso

01

2

## TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA

Patrocínios milionários dos Correios em meio ao colapso financeiro

09

Ação de espionagem da Abin sob Lula interrompe negociações sobre Itaipu e abala relações com o Paraguai

15

Vale doa mais de meio bilhão em terras ao MST enquanto Lula pressiona por controle político da empresa

19

3

## JUSTIÇA E CIDADANIA

AGU, censura indireta e o limite da atuação estatal no discurso público

24

4

## RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Tapete vermelho para a corrupção: Lula dá abrigo à ex-primeira-dama peruana condenada no escândalo Odebrecht

29



# ECONOMIA

## A implosão fiscal em curso

*O governo Lula minou a sustentabilidade orçamentária do País e, agora, deseja assistir ao colapso das contas de camarote até o fim de 2026. Se uma coisa ficou clara é que o PT sabe o que precisa ser feito, mas só se movimentará se vencer a eleição de 2026.*

### Introdução

O colapso fiscal em gestação no Brasil não é obra do acaso, mas resultado direto de escolhas políticas deliberadas tomadas desde os primeiros dias do atual governo.

Esta nota técnica examina os principais vetores que conduzem à implosão do orçamento federal: o aumento estrutural de despesas promovido pela PEC da Transição, a destruição prática do novo arcabouço fiscal por meio de manobras contábeis e elevação da carga tributária, o tratamento oportunista dado à questão dos precatórios, a dilapidação das estatais, e a ausência de qualquer medida efetiva de ajuste fiscal até as eleições de 2026, mesmo diante de evidências de colapso funcional iminente do Estado.



## 1. O pecado original do PT: a PEC da Transição e o desmonte do teto de gastos

O ponto de partida da deterioração foi a Emenda Constitucional n.º 126/2022, apelidada de PEC da Transição. Sob o pretexto de garantir responsabilidade social, a medida autorizou um aumento de **mais de R\$ 200 bilhões** anuais na base de despesas do governo federal, sem qualquer contrapartida de receita permanente ou revisão de programas.

A maior parte dessa expansão financiou o relançamento do Bolsa Família com valores mais altos, reajustes salariais para servidores, recomposição de pisos constitucionais, multiplicação de obras do PAC (no geral, inacabadas), e a adoção de uma regra de valorização real do salário mínimo. Essa última já criticada por apoiadores do próprio governo, como o economista **Armínio Fraga**. Muito embora o governo tenha revisto a política, no fim do ano passado, de forma a limitar os ganhos, essa política, por si só, gerará impacto de **R\$ 44,8 bilhões** nas contas de 2026, e continuará a ter impactos anuais dessa magnitude nos próximos anos.

A aprovação da referida PEC desarticulou completamente o antigo teto de gastos e minou, desde a sua aprovação, qualquer hipótese de âncora fiscal crível. O novo arcabouço fiscal nasceu em ambiente contaminado por decisões que aumentaram fortemente as despesas obrigatórias e tornaram mais rígida a estrutura orçamentária. A lógica do arcabouço de que o crescimento de despesas deve ser abaixo do crescimento de receitas jamais funcionaria sobre uma base de despesas tão inflada - e o PLDO 2026 escancarou o fim do arcabouço - já antecipado pela Ministra Tebet, e as consequências da política de ganância do governo Lula.

## 2. Do arcabouço ao desmonte das contas públicas

Desde a aprovação do arcabouço, o governo vem operando à margem do seu próprio regime fiscal, utilizando todo tipo de instrumento para fugir das regras que ele mesmo criou. Entre as práticas mais recorrentes estão a exclusão dos precatórios da meta de resultado primário até 2026, a retirada de políticas como o pé-de-meia e o auxílio gás da conta do primário, o uso de fundos para políticas públicas que deveriam estar no orçamento, a exclusão de despesas extraordinárias da meta de primário e a busca do limite inferior da meta de primário em vez do centro.

## As escapadas do Arcabouço no meio do Apagão Orçamentário

- Tentativa de colocar os fundos da reforma tributária **fora do orçamento**;
- MCMV via fundo social;
- Manteve o piso da saúde em 2023 corrigido pela inflação e não pela RCL, como determinava o extinto TETO DE GASTOS;
- Garantiu o crescimento real da despesa em 0,6% mesmo que para isso diminua o contingenciamento estipulado pela própria lei;
- Aprovou R\$ 6 bilhões para bolsas do ensino médio por fora do teto;
- Aprovou R\$ 27 bilhões para estados pela compensação ICMS por fora do teto;
- Alterou o dispositivo que permitia reavaliar as despesas com base no segundo relatório bimestral de receitas. (para 1º relatório bimestral e via portaria STN).
- Tentativa de distribuir o vale gás fora do orçamento.

Na visão da oposição, a retirada de tantos elementos da regra do primário tornou essa aferição um mero faz de conta que, na prática, não reflete efetivamente se as contas públicas estão em ordem ou não. Um bom exemplo de “meta de faz de conta” é a previsão de déficit em 2026. O governo prevê que o resultado efetivo vai ser -16,9 bilhões, mas que o resultado para cumprimento da LDO será de 38,2 bi - ainda com sobra de quase 4 bilhões.

É intolerável que um governo tenha tido praticamente R\$ 100 bilhões de déficit primário e ainda assim diga que a “meta zero” foi cumprida. Mais do que isso, é ilógico que uma regra excepcionalize tantas rubricas quando há uma banda de tolerância para o descumprimento do centro da meta, que deveria ser capaz de absorver esses choques.

Além desses truques, a **previsão irrealista de receitas** se tornou regra. Vimos a gestão Lula superestimar em quase 200 vezes o tamanho da **arrecadação decorrente do CARE**. Não reconhecendo o erro, o atual governo previu inacreditáveis R\$ 28,7 bilhões decorrente desses acordos para 2025.

Outra fonte de pressão vem sendo o uso desmedido das estatais, que transformou um superávit de R\$ 6,1 bilhões em 2022 para déficits de R\$ 2,2

bilhões em 2023 e de R\$ 8,1 bilhões em 2024. O PLDO consolida esse cenário ao colocar uma verdadeira **meta de déficit** das estatais de cerca de R\$ 7 bilhões. Essa diferença representa, anualmente, entre R\$ 12 e R\$ 15 bilhões de piora no resultado primário anual.

Consequentemente, estamos vendo a dívida pública explodir. Veja que o governo Bolsonaro terminou com uma dívida de 71,7% do PIB. A previsão da PLDO 2026 é que essa dívida chegue em 2027 em 81,8% - um aumento de 10,1 p.p. do PIB. Por isso, o orçamento para o pagamento de juros está em quase R\$ 1 trilhão por ano. É assustador que o cenário seja este mesmo observando um aumento de 2,06 p.p. na carga tributária do Brasil e de 9,5% da arrecadação real<sup>1</sup>.

**Não se trata, portanto, de uma crise de arrecadação, mas de ganância.** Ora, o governo finalizou 2023 com déficit de R\$ 249 bilhões e 2024 com um de R\$ 100 bilhões. Não há como equilibrar as contas públicas sem um ajuste significativo das despesas. Infelizmente, a aposta do governo tem sido tão somente anunciar pentes-finos e utilização de aplicativos no INSS como forma de ajustar os problemas fiscais do país.

Diante desse cenário, restou ao governo recorrer ao Ministro Sidônio Palmeira para fortalecer a comunicação, elevando em **15% os gastos com propaganda** com respeito ao governo Bolsonaro. A soma pode **ultrapassar R\$ 3,5 bilhões em contratos**. A aposta na comunicação, em nenhuma hipótese, alentará o peso dos juros e do colapso das contas públicas sobre os brasileiros, mas, na visão do governo, melhorará a visão da população nas pesquisas eleitorais.

### 3. O caso dos precatórios

Repete-se, como um mantra do governo, que a prorrogação do pagamento dos precatórios seria responsável pela situação fiscal do país.

Apesar dos ataques, lembra-se que durante a campanha eleitoral, o governo Lula denunciou a PEC dos Precatórios de 2021 como um calote institucional e um ataque à responsabilidade fiscal. No entanto, uma vez no poder, quitou R\$ 92,4 bilhões fora do limite de gastos em 2023, obteve aval do STF para manter cerca de R\$ 55 bilhões fora da meta em entre 2024-2026 e simplesmente omitiu os valores dos precatórios a partir de 2027 nas projeções oficiais.

---

<sup>1</sup> Sobre isso, o ROP 84 se debruçou sobre o tema, mostrando como esse aumento da carga se deu no país.

Essa omissão de cerca de R\$ 70 bilhões compromete a transparência e confiabilidade do PLDO 2026, já que se sabe que, a partir de 2027, os mais de R\$ 120 bilhões de despesas voltarão a ser integralmente consideradas para a apuração da meta fiscal. Apesar disso, esses valores não apareceram nem mesmo na revisão de gastos do governo.

Para entender o problema dos precatórios, lembra-se que o tema ganhou destaque em agosto de 2021, quando o Poder Executivo encaminhou ao Congresso o Projeto de Lei Orçamentária para 2022. Naquele momento, o montante total das despesas com precatórios, informado pelo Poder Judiciário, superava R\$ 66 bilhões, representando um aumento expressivo de 85,4% em relação ao exercício anterior.

Parte desse crescimento foi impulsionado por decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), cujos julgamentos resultaram em obrigações que totalizaram R\$ 16,6 bilhões apenas em 2021. **Esse valor representou um crescimento de 5.677% em relação ao total de precatórios expedidos pelo STF entre 2008 e 2021.** Diante desse cenário, o Congresso Nacional passou a debater soluções para mitigar os impactos sobre o orçamento público e na população - ainda afetada pelas consequências da pandemia. Esse esforço culminou na aprovação da Emenda Constitucional 113/2021, conhecida como PEC dos Precatórios. Essa medida instituiu um teto para o pagamento de precatórios até 2026, permitindo um escalonamento dos desembolsos e viabilizando maior previsibilidade fiscal.

A gravidade da situação foi tamanha que **até mesmo o Partido dos Trabalhadores**, historicamente contrário a medidas de contenção de despesas, **votou favoravelmente à PEC.** A proposta não eliminou as obrigações do Estado, mas definiu um limite para os pagamentos anuais. Ainda assim, em 2022, os pagamentos alcançaram R\$ 58,1 bilhões - cerca de 7,4% maior que os R\$ 54,1 bilhões pagos em 2021. Portanto, os desembolsos permaneceram elevados em relação à série histórica, demonstrando que a pressão sobre as contas públicas continuava significativa.

Menciona-se, também, que os precatórios podem ser compensados por outras formas. Por exemplo, pode-se abater o pagamento das outorgas de concessão - algo que o governo, inclusive na figura do Ministro Márcio França, foi radicalmente contrário. A concessão do aeroporto de Congonhas é um dos casos em que o governo fez de tudo para inviabilizar a operação por meio de precatórios.

Apesar das críticas por parte da gestão Lula, a experiência recente com os precatórios guarda próxima semelhança com a Medida Provisória 1.202/2023, que impôs um teto para a compensação de créditos tributários após a decisão do STF na chamada “tese do século”. Esse é o duplo padrão na condução da política fiscal que vem ditando o tom da atual gestão: enquanto a contenção de precatórios foi classificada pelo governo como um “calote”, a limitação na compensação de créditos tributários por empresas não recebeu a mesma avaliação, mesmo que os créditos não compensados possam acabar se convertendo justamente em mais precatórios.

Portanto, é fácil perceber que a narrativa sobre “calote” nos precatórios não para de pé. Basta se atentar para o fato de que em 2023, não havia nem teto de gastos nem arcabouço fiscal. A tática do governo, com isso, foi se aproveitar desse limbo para antecipar precatórios futuros e gastar tudo que conseguisse naquele ano. Assim, os pagamentos em 2023 totalizaram impressionantes R\$ 151 bilhões, sendo que, dentro desse montante, R\$ 32,3 bilhões foram antecipados de 2024 - um movimento calculado que visava reduzir os compromissos do exercício seguinte e, artificialmente, aproximar o governo da meta de déficit primário zero.

Além disso, a decisão do STF que invalidou parte da PEC dos Precatórios abriu caminho para a emissão de créditos extraordinários no valor de R\$ 60 bilhões, utilizados para a quitação de estoques acumulados. Na prática, essa operação substituiu passivos de precatórios por dívidas financeiras, com efeitos diretos no resultado primário, mas sem comprometer a multitude de novos gastos criados. Ao excluir esses R\$ 92,3 bilhões da conta, os pagamentos efetivos de precatórios em 2023 somaram R\$ 58,7 bilhões, um valor alinhado ao observado nos últimos anos do governo Bolsonaro.

No fim do dia, o que o governo se recusa a admitir é que **mesmo que não tivesse arcado com as contas dos precatórios, o resultado do déficit da gestão petista em 2023 ainda teria sido mais de R\$ 200 bilhões pior que o de 2022**. O real problema é que a opção da Fazenda foi por cobrar mais impostos dos brasileiros para financiar despesas ilimitadas - o que jamais funcionará.

## 4. O PLDO 2026 e a rota de colapso

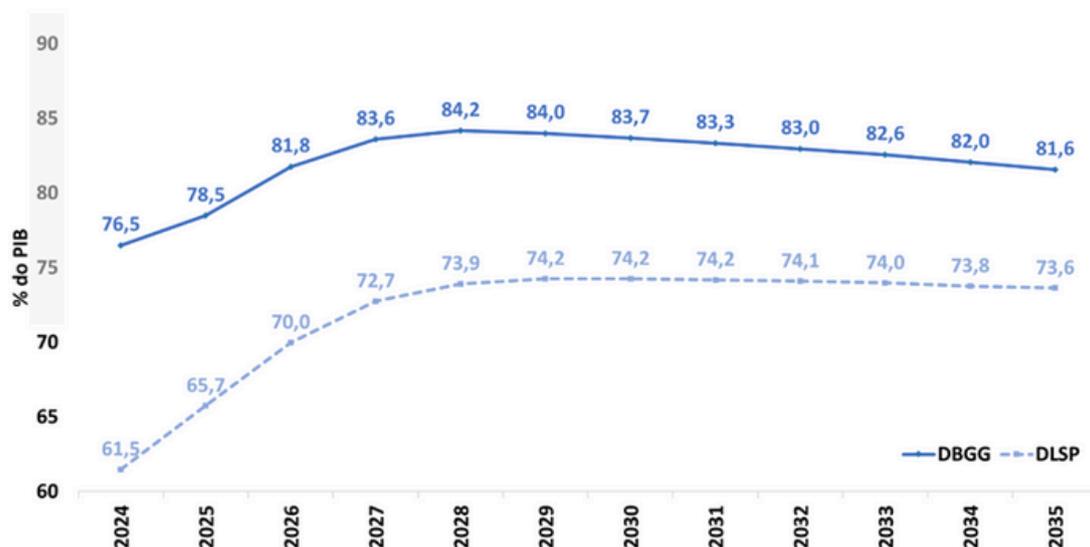
As consequências dessa trajetória já estão explicitadas no próprio PLDO 2026. Em 2027, as despesas discricionárias do Poder Executivo serão de apenas R\$ 122,2 bilhões. Desse total, R\$ 56,5 bilhões estarão vinculados a emendas parlamentares impositivas, restando R\$ 65,7 bilhões para todas as demais funções de governo.

Esse valor não cobre nem os pisos constitucionais de saúde e educação - retomados pelo PT. Em 2029, o cenário é ainda mais alarmante: apenas R\$ 8,9 bilhões em despesas discricionárias, o equivalente a 0,1% do PIB. Segundo a Instituição Fiscal Independente, esse valor torna inviável o funcionamento básico da máquina pública. Faltarão verba para serviços administrativos, contratos essenciais, energia elétrica, combustíveis e operação de ministérios. Trata-se de um shutdown orçamentário.

Diante desse cenário, a reação do governo é a pior possível. No PLDO, não há proposta razoável de corte de despesas e a revisão de gastos ainda engatinha. Anúncios da Ministra do Planejamento, Simone Tebet, é de que após a eleição de 2026, medidas deverão ser tomadas para garantir o funcionamento da máquina pública. O que se entende com isso é que o PT sabe o que precisa ser feito para que as contas públicas não entrem em colapso, mas apenas se moverão para evitar uma tragédia fiscal se vencerem a eleição de 2026.

É necessário mostrar como é inverossímil as trajetórias de dívida e de superávit primário colocados no relatório da PLDO. Veja o gráfico colocado na apresentação do PLDO 2026:

### Trajетória da Dívida Pública (LRF, art. 4º, §5º, III)



Fonte: STN/MF

É irônico que o governo acredite que a dívida pública só começará a cair após o fim do governo Lula III. Dito isso, dada a situação fiscal de absoluto colapso das contas, questiona-se se o governo realmente acredita que a relação dívida/PIB começará a baixar após 2028. Como isso seria possível se estamos em rota de colisão nas finanças públicas?

Na realidade, o governo deixou despesas como precatórios e fundos da reforma tributária fora das contas, o que resulta em subestimação das despesas em mais de R\$ 100 bilhões em 2029. Além disso, não há previsão de acionamento dos gatilhos - que devem ser acionados - do arcabouço fiscal no PLDO. Por outro lado, o governo prevê um superávit risível de R\$ 210 bilhões em 2029 - o ano em que a despesa discricionária, para todos os fins, se torna zero. É a comprovação de uma peça orçamentária totalmente ficcional.

O que se entende é que [o governo abandonou](#) qualquer tentativa de controlar as contas até o próximo mandato. Toda a estratégia parece voltada para evitar medidas impopulares até 2026, com o objetivo de disputar a reeleição com base em uma realidade artificial sustentada por manobras fiscais, como se fez no governo Dilma. A intenção é clara: se reeleger para, só então, renegociar metas, rever regras e tentar novamente mudar o regime fiscal. **Nunca ficou tão nítido que o projeto do governo não é de país, mas de poder.**



## Patrocínios milionários dos Correios em meio ao colapso financeiro

*Em meio a um prejuízo de R\$ 3,2 bilhões em 2023, os Correios continuam a destinar recursos a patrocínios, como a turnê de Gilberto Gil, ex-ministro de Lula, levantando questões sobre a gestão e prioridades da estatal.*

### Análise

- Apesar do rombo operacional de R\$ 3,2 bilhões registrado em 2023, os Correios alocaram [R\\$ 38,4 milhões em patrocínios culturais e esportivos](#). Este cenário levanta sérios questionamentos sobre a gestão da estatal, que parece insistir em manter gastos desnecessários enquanto acumula prejuízos bilionários. Embora a empresa tenha [reconhecido publicamente sua situação financeira crítica](#), continua a negligenciar as mudanças urgentes necessárias para reverter a falência iminente.



- Ao mesmo tempo em que enfrenta uma dívida de [R\\$ 178 milhões com a Postal Saúde](#) — plano de saúde dos seus próprios funcionários, que não recebe repasses desde novembro de 2024 —, os Correios destinaram R\$ 6 milhões ao festival Lollapalooza, R\$ 4 milhões à turnê "Tempo Rei", de Gilberto Gil, R\$ 2 milhões para a Casa Brasil (COP 30), R\$ 1,9 milhão para o Funn Festival e R\$ 1,3 milhão para o Encontro de Novos Prefeitos e Prefeitas 2025, entre outros (tabela 1).

Tabela 1 - Patrocínios dos Correios 2024-2025 (acima de R\$ 1 milhão).

Nome do Projeto	Razão Social - Entidade Patrocinada	Formas de Captação	Áreas de Patrocínio	Segmento	Valor Global do Contrato
Lollapalooza 2024	Rock World SA	Convidado	Cultural	Música	R\$ 6.000.000,00
CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE GINÁSTICA	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE GINÁSTICA	Convidado	Esportes	Esportes	R\$ 4.500.000,00
Tempo Rei - Gilberto Gil	BPC Participações e Produções Artísticas S.A	Escolha Direta	Cultural	Música	R\$ 4.000.000,00

JOGOS UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS - CALENDÁRIO NACIONAL 2024	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DO DESPORTO UNIVERSITÁRIO	Convidado	Esportes	Esportes	R\$ 3.000.000,00
Casa Brasil	MChecon Design e Cenografia Ltda	Convidado	Cultural	Música	R\$ 2.000.000,00
FUNN FESTIVAL	FUNN Promoção de Eventos LTDA	Escolha Direta	Cultural	Música	R\$ 1.900.000,00
Encontro de Novos Prefeitos e Prefeitas 2025	Associação Brasileira de Município	Escolha Direta	Evento	Mercadológico	R\$ 1.300.000,00
Eventos do E-commerce Brasil 2024	E-Commerce Brasil Eirele ME	Convidado	Evento	Negocial	R\$ 1.157.000,00

BUMBA MEU SÃO JOÃO	M & A PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	Convidado	Cultural	Música	R\$ 1.000.00 0,00
SERTÕES BRB 2024	Dunas Race Promoções S A	Escolha Direta	Esportes	Esportes	R\$ 1.000.00 0,00

Fonte: [Correios](#) - Patrocínios.

- A decisão de financiar eventos culturais enquanto descumpre obrigações básicas de pagamento revela falhas graves na gestão dos Correios, especialmente no que tange à definição de prioridades. Ao continuar com gastos em patrocínios milionários em um cenário de falência iminente, a empresa pública alimenta a percepção de que a sua gestão carece de capacidade de reverter a crise instalada.
- Os patrocínios destinados a eventos com apelo midiático, como a turnê de Gilberto Gil, geram dúvidas sobre os critérios e a isenção da gestão. A escolha de Gilberto Gil, ex-ministro da Cultura durante governos petistas, suscita discussões éticas sobre até que ponto as [relações pessoais](#) e [políticas](#) influenciam a alocação dos recursos da estatal.
- O fato de [Gil manter laços públicos com o presidente Lula](#) torna a decisão controversa, embora legalmente permitida. A ausência de filtros mais rigorosos nos processos de escolha alimenta a sensação de favorecimento político, o que é particularmente crítico diante do cenário financeiro da estatal.

## No Rio, Lula visita Gilberto Gil e Benedita da Silva no fim de semana



Gilberto Gil e o ex-presidente Lula durante encontro no Rio Imagem: Reprodução/ Twitter

CULTURA



### Chico e Gil se reúnem em festival por Lula Livre

Chico Buarque e Gilberto Gil fecharam a noite do Festival Lula Livre e pediram pela liberdade do ex-presidente e a retomada da democracia

Publicado em 29/07/2018 13h14

Ricardo Stuckert



Chico e Gil cantam juntos no Festival Lula Livre



Coloque seus dados abaixo para receber o Boletim do PT

Nome

Email

WhatsApp

Declaro ter lido e aceito integralmente, sem qualquer reserva, os TERMOS DE USO

Não sou um robô 

CADASTRAR

 BUSQUE AQUI

MATÉRIAS ESPECIAIS

- As justificativas para esses investimentos também carecem de substância e relação com o negócio principal dos Correios. Alegações como “promover a imagem de inovação perante o público jovem” ou “reforçar a imagem dos Correios como uma empresa sustentável” parecem desprovidas de qualquer base concreta para justificar tamanhos investimentos. A repetição vazia de termos como “expansão do alcance de sua audiência” não explica claramente como esses patrocínios irão impactar positivamente os Correios ou melhorar sua situação financeira.
- O patrocínio ao Encontro de Novos Prefeitos e Prefeitas 2025, por exemplo, é um exemplo claro de como esses investimentos podem ser utilizados para fins de autopromoção política. Durante o evento, o presidente [Lula fez declarações que claramente buscavam reforçar sua imagem política](#), como:



*“Eu sou muito humilde, mas eu duvido que na história desse país houve um presidente que já cuidou dos prefeitos como eu cuidei em todos os mandatos. E quando acabar o mandato vocês vão dizer: **'Lulinha, fica. Porque nós precisamos de um presidente'**”.*

- Ao financiar um evento claramente destinado à propaganda do governo, os Correios não apenas desrespeitam seus compromissos financeiros, mas também comprometem sua imparcialidade e o uso responsável dos recursos públicos.



# Ação de espionagem da Abin sob Lula interrompe negociações sobre Itaipu e abala relações com o Paraguai

*Ação do governo compromete política externa, gera questionamentos legais e afeta negociações de Itaipu, impactando segurança energética e relações bilaterais.*

## Análise

- Conforme apontado por [reportagem do Uol](#), a investigação sobre a espionagem conduzida pela Abin contra autoridades do governo do Paraguai teve início no contexto da apuração sobre a chamada "Abin Paralela", supostamente comandada pelo atual deputado Alexandre Ramagem durante o governo Bolsonaro, quando era o diretor-geral da agência.



- Inicialmente, a Polícia Federal buscava esclarecer o uso da estrutura da agência para monitoramento de adversários políticos, mas as provas obtidas no depoimento de dois agentes da agência acabaram revelando suspeitas de irregularidades em atos do governo Lula.
- De acordo com informações fornecidas por servidor da Abin, a ação hacker não teria sido realizada a partir do Brasil. **Agentes da agência viajaram ao Chile e ao Panamá para montar servidores virtuais, de onde partiram os ataques, tendo como alvos autoridades paraguaias envolvidas na negociação das tarifas de Itaipu.**
- **Dentre as repercussões da referida ação, destaca-se a vulneração de instituições políticas do Paraguai, notadamente o Senado, a Câmara dos Deputados e a Presidência da República**, as quais teriam sido alvo de incursões destinadas à obtenção de credenciais de acesso e dados sigilosos. Conforme relato dos agentes envolvidos, foram capturadas informações pertencentes a cinco ou seis indivíduos, cujas identidades e o período exato da operação não foram divulgados.
- **É preciso observar que o suposto propósito de descobrir as posições que o Paraguai adotaria na negociação do tratado parece desproporcional frente ao alto risco político envolvido na operação conduzida pela Abin.** Não se percebe que tipo de informação sensível poderia ser obtida que justificasse tamanha exposição e gravidade da iniciativa.
- **A revelação dos fatos fragiliza a narrativa oficial e lança suspeitas sobre o diretor-geral da Abin, Luiz Fernando Corrêa.** O uso de uma agência estatal para ações de inteligência contra um Estado soberano vizinho suscita questionamentos sobre a legalidade da política de inteligência nacional e pode motivar investigações parlamentares.



*Em seu depoimento, o agente disse que um dirigente da Abin "**apresentou pessoalmente**" a operação para o atual diretor da agência. "**Luiz Fernando teria vibrado, gostou muito**, que era a primeira vez que se sentia numa atividade de inteligência", relatou o servidor à PF.*

*Trecho da reportagem ["Sob Lula, Abin fez ação hacker contra governo do Paraguai"](#), Uol.*

- Em resposta aos fatos que vieram à tona, [o governo do Paraguai suspendeu as negociações do Anexo C da Itaipu Binacional](#) até que o governo Lula esclareça um suposto ataque hacker da Abin contra autoridades paraguaias. O chanceler Rubén Ramírez Lezcano convocou o embaixador brasileiro para consultas e iniciou uma investigação sobre os eventos de 2022 a 2023.

*“É uma violação do direito internacional, uma interferência em assuntos internos por parte de um país em outro. [...] Vamos avaliar de acordo com as respostas que obtivermos a solicitação de esclarecimento que estamos pedindo ao Brasil”.*

[Rubén Ramírez Lezcano, chanceler paraguaio, registro do Poder 360.](#)



- O Anexo C do Tratado de Itaipu estrutura o modelo econômico-financeiro da usina binacional, regulando a precificação da energia, o regime de repartição de receitas e os custos operacionais. **A revisão desse marco regulatório é essencial para a definição de novas condições tarifárias e para a redistribuição dos benefícios econômicos entre Brasil e Paraguai, impactando diretamente a dinâmica do setor elétrico e a sustentabilidade financeira da usina.**
- **A suspensão das negociações pelo Paraguai, motivada por alegações de espionagem, interrompe debates estratégicos e cria um ambiente de incerteza quanto ao futuro da cooperação energética bilateral. Esse impasse pode comprometer a estabilidade do mercado energético, afetar a competitividade industrial e o equilíbrio comercial entre os países, além de reduzir a previsibilidade para investidores no setor elétrico, o que pode gerar efeitos de médio e longo prazo na segurança energética da região.**
- Caso comprovado, o fato pode configurar violação ao art. 4º, inciso IV, da Constituição Federal, que consagra o princípio da não intervenção nas relações internacionais. Em outras palavras, o comando constitucional consagra a vedação à ingerência do Estado brasileiro nos assuntos internos de outras nações, resguardando a soberania e a autodeterminação dos povos no âmbito das relações internacionais.

- Ademais, cumpre destacar que a [Abin é uma agência diretamente vinculada à Presidência da República](#), e seu diretor-geral, Luiz Fernando Corrêa, é pessoa de confiança do presidente Lula, tendo ocupado o cargo de diretor da Polícia Federal durante seu segundo mandato. Diante disso, torna-se imprescindível esclarecer quem autorizou a operação e qual o eventual envolvimento da Presidência no episódio, o que poderá evidenciar o componente político do caso.
- Outro ponto que requer esclarecimento por parte das autoridades envolvidas é a [suspeita de destruição de provas](#), evidenciada pela formatação de computadores da Abin, possivelmente com o intuito de eliminar vestígios da operação.
- Diante da gravidade da denúncia, o governo pode ser pressionado a tomar medidas para mitigar a crise, como afastamento de envolvidos, reforço do controle sobre a Abin e esclarecimentos mais detalhados sobre os fatos. Caso contrário, o episódio pode agravar a já delicada conjuntura política interna e comprometer a credibilidade internacional do governo Lula, com reflexos duradouros na diplomacia regional e na política energética.



# Vale doa mais de meio bilhão em terras ao MST enquanto Lula pressiona por controle político da empresa

*Em meio a crescentes pressões do governo Lula para retomar influência sobre a Vale, a mineradora anunciou a doação de 33 mil hectares ao Incra para fins de reforma agrária. A operação, estimada em mais de meio bilhão de reais, ocorre em plena ofensiva do MST durante o "Abril Vermelho" e levanta suspeitas sobre motivações políticas por trás do gesto. A atitude da Vale pode ser interpretada como um movimento estratégico para conter interferências e apaziguar a relação com o governo — ao custo de uma imensa concessão patrimonial.*

## Interesses políticos por trás da doação da Vale ao MST?

A [decisão](#) da Vale em doar 33 mil hectares para assentamentos do MST surge num contexto político complexo e merece um olhar crítico quanto às reais motivações da empresa. É evidente que a doação pode ser interpretada não apenas como uma estratégia de responsabilidade social, mas também como uma tentativa de neutralizar pressões políticas exercidas pelo governo Lula e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).



Desde que voltou à presidência, Lula deixou claro seu desconforto com o fato de o governo estar fora da gestão direta de grandes empresas estratégicas, como é o caso da Vale. Ao tentar, sem sucesso, **emplacar figuras políticas próximas ao PT**, como o ex-ministro Guido Mantega, Lula demonstra interesse em retomar certo grau de influência sobre a mineradora, visando sobretudo controle político e econômico.

Nesse sentido, a doação da Vale ao Inbra pode funcionar como um gesto para "acalmar" ou aliviar a pressão do governo, permitindo que a empresa mantenha sua governança sem interferências políticas mais drásticas. Pode se tratar, portanto, de um movimento diplomático e preventivo por parte da Vale, que tenta se preservar contra investidas políticas mais diretas e invasivas.

A ação expõe também os riscos do uso político da reforma agrária. Ao aceitar tais doações, **o governo Lula está reforçando a ideia de que empresas precisam ceder às pressões políticas para garantir estabilidade institucional e regulatória**, o que gera queixas sobre transparência e imparcialidade na condução de políticas públicas.

A iniciativa da Vale também coincide com o "Abril Vermelho", período em que o MST intensifica suas ações em memória dos 19 sem-terra mortos no massacre de Eldorado do Carajás, em 1996.

## Contexto das investidas de Lula na Vale

Desde o início de seu terceiro mandato, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem demonstrado insatisfação com a autonomia da Vale, **criticando** sua gestão e buscando maior alinhamento entre os interesses da empresa e os do Estado brasileiro. Em diversas ocasiões, Lula expressou o desejo de que a Vale atue de acordo com as diretrizes do governo:



*"As empresas brasileiras precisam estar de acordo com aquilo que é o pensamento de desenvolvimento do governo brasileiro"*

**Lula.**

Uma das tentativas mais notórias de influência ocorreu quando o governo pressionou para que o ex-ministro da Fazenda, Guido Mantega, assumisse a presidência da mineradora. No entanto, a proposta enfrentou resistência dos acionistas e do mercado, levando o governo a recuar.

Lula também criticou o modelo de gestão da Vale, [comparando-a a um "cachorro com muito dono"](#), em referência à dispersão acionária da empresa. Ele argumentou que essa estrutura dificulta a responsabilização e o alinhamento estratégico com os interesses nacionais.

Essas ações e declarações têm gerado preocupações no mercado sobre possíveis interferências políticas na governança corporativa da Vale, uma empresa de capital aberto e controle privado. A insistência do governo em influenciar a gestão da mineradora levanta questões sobre a autonomia das empresas privadas e o respeito às regras de mercado.



*"Vale não pode pensar que ela é dona do Brasil",  
[afirma Lula.](#)*

## Conflito recente entre a Vale e o MST

A relação entre a Vale e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem sido marcada por tensões e confrontos ao longo das últimas décadas. O MST frequentemente critica a atuação da mineradora, acusando-a de negligenciar responsabilidades sociais e ambientais, além de contribuir para a concentração fundiária em regiões onde opera.

Um dos [episódios](#) mais recentes ocorreu em dezembro de 2024, quando o MST ocupou a Estrada de Ferro Carajás, no Pará, em protesto contra a suposta sonegação de impostos pela Vale. A ação envolveu comunidades de 11 municípios ao longo do corredor ferroviário, **incluindo áreas próximas às terras posteriormente doadas pela empresa para fins de reforma agrária.**

Logo, fica a dúvida se de fato o MST estaria preocupado com o erário público ou se utilizou de mais um meio para asfixiar a empresa em troca de vantagens econômicas.

## Estimativa do valor das terras doadas pela Vale ao MST

Considerando os valores médios das terras nas regiões próximas às propriedades doadas pela Vale no Pará, com base no [Atlas do Mercado de Terras 2023 do Incra](#), foi realizado o seguinte cálculo estimado:

- **MRT-2701** (Marabá, Eldorado dos Carajás, Xinguara, Sapucaia, Água Azul do Norte, Tucumã e São Félix do Xingu):

Valor médio: **R\$ 13.872,49 por hectare.**

- **MRT-2705** (Parauapebas, Canaã dos Carajás e Ourilândia do Norte):

Valor médio: **R\$ 18.607,77 por hectare.**

Calculando a média desses dois valores, chegamos a um preço médio estimado de **R\$ 16.240,13 por hectare.**

Assim, multiplicando este valor médio pelos **33 mil hectares** doados, o valor total estimado dessas terras é de aproximadamente **R\$ 535.924.290,00**.

Essa estimativa oferece uma dimensão financeira relevante da doação realizada pela Vale ao MST, ressaltando a magnitude econômica e política desse acordo.

## O "Abril Vermelho" e a escalada das invasões

O "Abril Vermelho", promovido anualmente pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tem se transformado em uma campanha sistemática de invasões de propriedades privadas e públicas, sob o pretexto de pressionar o governo por avanços na reforma agrária. Em 2025, o movimento **intensificou** suas ações, **realizando 22 invasões em apenas uma semana, abrangendo dez estados brasileiros.**

Essas ações não se limitam a propriedades improdutivas; incluem também propriedades produtivas, sedes de órgãos públicos, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e secretarias estaduais. A tática do MST de invadir terras e prédios públicos durante o "Abril Vermelho" representa uma afronta ao Estado de Direito e à propriedade privada, pilares fundamentais da democracia e da economia brasileira.

A resposta do governo federal tem sido, no mínimo, complacente. O presidente, em eventos públicos, tem demonstrado apoio ao movimento, afirmando "ter lado" e não esquecer "quem são seus amigos". Essa postura sugere uma conivência preocupante com ações que violam a legalidade e a ordem pública.

A instrumentalização da reforma agrária como moeda de troca política, aliada à inércia governamental diante de ações ilegais, compromete a segurança jurídica no campo, desestimula investimentos e ameaça a paz social.



## Revisitando o caso de Eldorado do Carajás

No [artigo publicado no Poder360](#), Xico Graziano, ex-presidente do Incra, revisita o massacre de Eldorado do Carajás, ocorrido em 17 de abril de 1996, no Pará. Ele relata sua tentativa frustrada, em outubro de 1995, de mediar o conflito envolvendo cerca de 1.200 famílias acampadas na região, que reivindicavam a desapropriação da Fazenda Macaxeira. Um laudo técnico do Incra, entretanto, atestava que a propriedade era produtiva, o que legalmente impedia sua desapropriação para fins de reforma agrária.

Graziano critica a postura intransigente do MST, que, ao insistir na ocupação da fazenda, contribuiu para a escalada do conflito. Ele também aponta o despreparo da Polícia Militar do Pará, cuja ação resultou na morte de 19 trabalhadores rurais. Para o autor, ambos os lados erraram: o movimento social por desrespeitar os limites legais e as autoridades por não saberem lidar adequadamente com a situação.

O artigo conclui que, mesmo após quase três décadas, o MST continua a adotar estratégias confrontacionais, como as invasões de terras durante o "Abril Vermelho", perpetuando uma abordagem que desrespeita a ordem legal e dificulta soluções pacíficas para a questão agrária no Brasil.

## Conclusão

A doação de 33 mil hectares pela Vale ao Incra, sob o pretexto de promover a reforma agrária, não pode ser analisada de forma ingênua ou isolada. O contexto revela um **cenário de pressões políticas explícitas** por parte do governo Lula, que insiste em controlar a mineradora por vias informais após fracassar em suas tentativas institucionais. Ao ceder, a Vale pode ter buscado preservar sua autonomia frente à interferência estatal — mas ao custo de **legitimar práticas de chantagem política institucionalizada**. O caso escancara o uso da política agrária como moeda de troca ideológica, enfraquecendo a segurança jurídica no campo e convertendo interesses públicos em ferramentas de barganha partidária.

# 3 JUSTIÇA E CIDADANIA

## AGU, censura indireta e o limite da atuação estatal no discurso público

*A ação da AGU contra a produtora Brasil Paralelo traz à tona discussão sobre os limites da atuação estatal na regulação do discurso público, a constitucionalidade da censura indireta e a imparcialidade da administração pública.*

### Análise

- A recente [ação da Advocacia-Geral da União \(AGU\)](#) contra a produtora Brasil Paralelo reacendeu o debate sobre os limites da atuação estatal no campo do discurso público. A controvérsia envolve questões sensíveis como a constitucionalidade de eventuais formas de censura indireta e a necessária imparcialidade da administração pública.
- A crítica à atuação da AGU não implica endosso ao conteúdo produzido pela Brasil Paralelo, mas questiona a tentativa de vincular a análise de um caso jurídico específico a um suposto ataque à política pública de enfrentamento à violência contra a mulher.



- **A alegação da AGU de que o vídeo dissemina desinformação e prejudica a credibilidade da Lei Maria da Penha desconsidera o princípio da liberdade de expressão, essencial no Estado Democrático de Direito.** Ao adotar essa postura, o Estado corre o risco de validar a censura de qualquer opinião divergente, o que comprometeria o pluralismo de ideias e o direito à crítica, pilares fundamentais de uma sociedade democrática.
- **O Estado não deve atuar como guardião da verdade, mas sim garantir um ambiente em que as múltiplas perspectivas possam coexistir e ser debatidas livremente.**
- **Mantida a posição insustentável da AGU, impor-se-ia igualmente a vedação de múltiplas produções documentais que qualificam o *impeachment* de Dilma Rousseff como um golpe de Estado, considerando afrontarem a legitimidade do rito constitucional?**
- Documentários como *O Processo* (2018), *Democracia em Vertigem* (2019) e *Alvorada* (2021) apresentam uma narrativa alternativa sobre um pretense golpe de Estado, desconsiderando o fato de que o processo em questão seguiu rigorosamente os preceitos constitucionais e os procedimentos legais estabelecidos, com a devida supervisão do Supremo Tribunal Federal (STF).
- O *impeachment* foi fundamentado nas "pedaladas fiscais" e decretos orçamentários irregulares, crimes de responsabilidade reconhecidos pelo TCU. Com amplo apoio popular, tramitou no Congresso com direito de defesa da ex-presidente. O julgamento final pelo Senado foi conduzido pelo [presidente do STF](#), que é o [atual ministro da Justiça](#), garantindo o cumprimento dos ritos constitucionais. A sucessão presidencial ocorreu de forma legítima com a posse de Michel Temer, assegurando a legalidade da decisão.
- O Partido dos Trabalhadores levou a tese de golpe a organismos internacionais, como OEA, CIDH, Mercosul e Unasul, alegando ruptura da ordem democrática. Nenhum deles acolheu a denúncia, reconhecendo tratar-se de questão interna, e as tentativas de condenação internacional e configuração do pretense golpe de Estado fracassaram.
- **Não obstante tratar-se de uma tese juridicamente insustentável à luz do ordenamento jurídico brasileiro e internacional, é relevante destacar que sua livre divulgação jamais foi restringida, tampouco houve qualquer sanção ou coerção por parte do governo aos responsáveis pelas referidas produções — tal como é esperado de um país democrático.**

- Inicialmente, a AGU alegou legitimidade com base no art. 47, II, do Decreto nº 11.328/2023, sob o argumento de combater a desinformação sobre políticas públicas. No entanto, o documentário não trata de iniciativas desenvolvidas pelo Ministério das Mulheres como a [Central de Atendimento à Mulher \(Ligue 180\) ou a implantação de Casas da Mulher Brasileira](#), limitando-se a analisar criticamente um caso judicial específico.

*"37. Ademais, sobressai o interesse da União também em virtude de ver cumpridas as recomendações exaradas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos no citado Caso 12.051. Outrossim, compete à AGU, por meio da Procuradoria Nacional da União de Defesa da Democracia, órgão da Procuradoria-Geral da União (PNDD/PGU/AGU), **representar a União, judicial e extrajudicialmente, em demandas e procedimentos para resposta e enfrentamento à desinformação sobre políticas públicas (art. 47, II, do Decreto nº 11.328 de 2023)**".*

*"62. Nesse cenário, a disseminação de conteúdo sabidamente falso, que alcança e impacta um grande número de pessoas, tem o condão de gerar danos, primeiramente, às mulheres que recebem o conteúdo desinformativo (destinatárias difusamente consideradas), **além do próprio interesse público em si, visto que desacredita campanhas e políticas públicas de promoção dos direitos das mulheres (em especial de combate à violência doméstica), atingindo, pois, sua eficiência (ações públicas estas para as quais foram dedicados recursos humanos e financeiros)**".*

- Nesse contexto, a atuação da AGU ao propor ação em defesa da biografia de Maria da Penha configura extrapolação de suas atribuições institucionais. A função precípua da AGU é a defesa do Estado brasileiro, e não a proteção de indivíduos. Vincular a imagem pessoal à credibilidade da lei é argumento insustentável — se fosse válido, a AGU deveria também defender judicialmente também Pelé, Zico, Caroline Dieckmann ou Aldir Blanc.

*"6. Conforme explicitado pelo Ministério das Mulheres, considerando a ligação histórica do caso Maria da Penha com a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - a qual é um*

*marco estruturador das políticas públicas para mulheres no país - **as próprias políticas públicas sofrem danos de credibilidade, segundo se aprofundará nesta peça**".*

(...)

**"34. Nesse diapasão, não resta dúvida que a veiculação de conteúdo desinformativo que possua o potencial de desencorajar mulheres de recorrerem às medidas protetivas** *dispostas nas políticas públicas decorrentes do sistema normativo protetivo - uma vez que, consoante reforçado pelo Ministério das Mulheres, "se até a história que deu origem à Lei Maria da Penha está sendo posta em cheque, "mulheres anônimas" perdem a expectativa de que será dada credibilidade à sua palavra" - referida conduta danosa coloca em risco a eficiência destas mesmas políticas públicas, colaborando, assim, para o crescente número de casos de violência contra as mulheres".*

- Obviamente, seria legítimo que a própria Sra. Maria da Penha, caso se sentisse pessoalmente ofendida pelo conteúdo veiculado, na qualidade de parte interessada, postular a adequada reparação por meio das vias jurisdicionais competentes.
- **Ao defender interesses privados sob o manto de causa pública, a AGU fere o princípio da impessoalidade previsto no art. 37 da Constituição e expõe seus agentes à responsabilização pelo uso indevido de recursos e prerrogativas do órgão.**
- **Ademais, a exigência de veiculação de vídeo estatal e a multa desproporcional de R\$ 500 mil podem configurar censura, violando a livre iniciativa e a independência dos meios de comunicação, além de sugerirem tentativa de sufocar uma produtora crítica ao governo — prática incompatível com a democracia.**
- Cabe salientar que a [Convenção Americana sobre Direitos Humanos](#), da qual o Brasil é signatário, também protege a liberdade de expressão em seu artigo 13, que proíbe restrições abusivas à manifestação de opinião e a censura indireta por meio do uso de sanções desproporcionais.

## "ARTIGO 13

### *Liberdade de Pensamento e de Expressão*

*1. Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito compreende a liberdade de buscar, receber e difundir informações e idéias de toda natureza, sem consideração de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer outro processo de sua escolha.*

**3. Não se pode restringir o direito de expressão por vias ou meios indiretos, tais como o abuso de controles oficiais ou particulares de papel de imprensa, de freqüências radioelétricas ou de equipamentos e aparelhos usados na difusão de informação, nem por quaisquer outros meios destinados a obstar a comunicação e a circulação de idéias e opiniões”.**

- A tentativa da AGU de se sobrepôr à livre circulação de ideias sob o pretexto de proteger políticas públicas representa um perigoso precedente. Quando o Estado se arvora como árbitro da verdade, a democracia se fragiliza e o pluralismo ideológico se transforma em dissidência punível.



Link: [Brasil Paralelo](#).

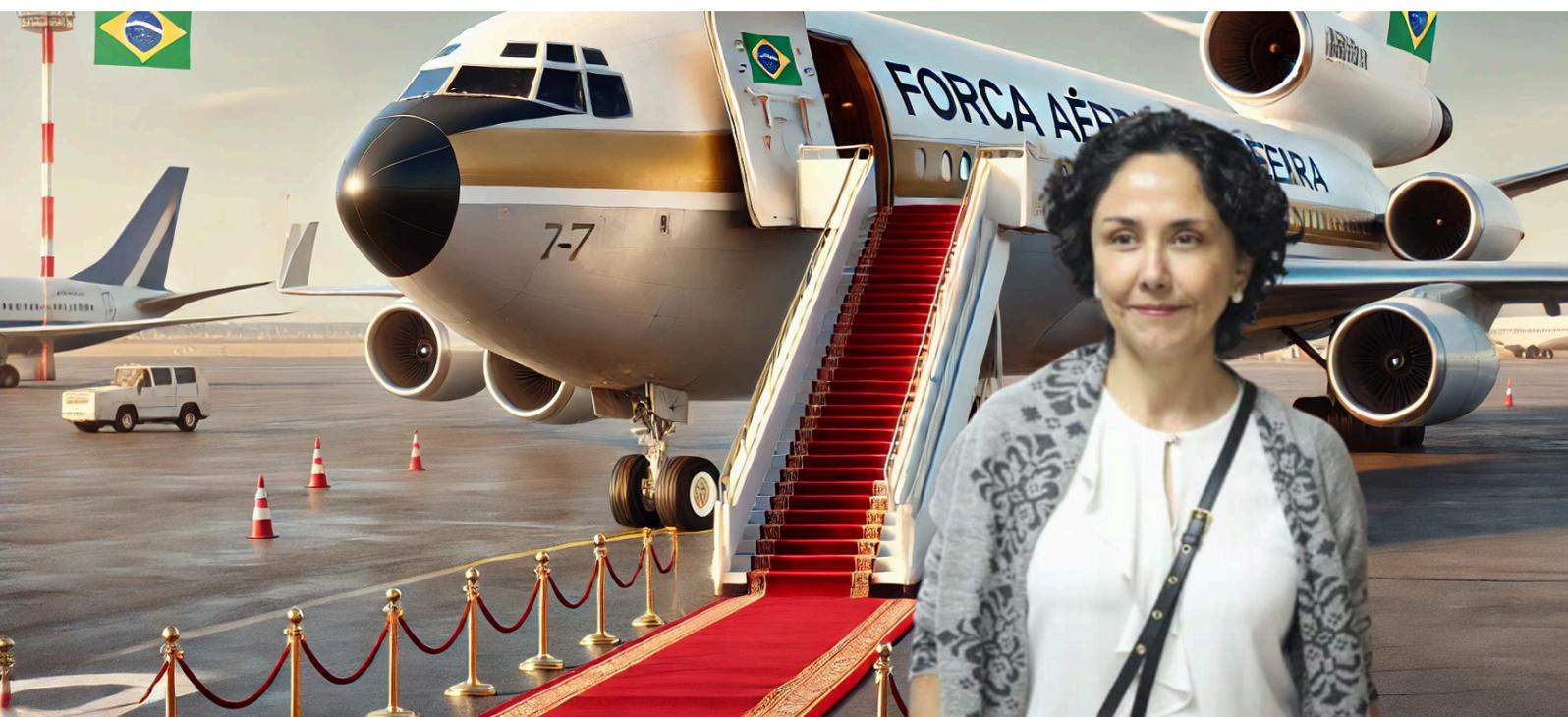


## RELAÇÕES INTERNACIONAIS

### Tapete vermelho para a corrupção: Lula dá abrigo à ex-primeira-dama peruana condenada no escândalo Odebrecht

*O governo Lula envergonha o país ao usar o asilo diplomático como escudo para blindar aliados condenados por corrupção. Ao acolher a ex-primeira-dama do Peru, Nadine Heredia, condenada por lavagem de dinheiro, com honras e até aeronave da FAB, o governo rasga compromissos com o combate à impunidade e transforma o Brasil em refúgio de criminosos ideológicos. A manobra revela um grave desvio de finalidade da política externa em favor de alianças políticas espúrias.*

Em uma postura de total conivência com a prática de corrupção e lavagem de dinheiro, o governo Lula operou o resgate da ex-primeira dama do Peru, alegando estar concedendo asilo a uma perseguida política e, ainda, por questões humanitárias.



**“Corruptos se protegem”:** Foi assim que a imprensa Peruana viu a manobra do governo Lula para tirar a ex-primeira dama do país, quando da eminente prolação da sentença que condenou Nadine Heredia Alarcón a 15 anos de prisão, por caixa dois e lavagem de dinheiro, juntamente com o seu marido e ex-presidente Ollanta Humala, em um desdobramento peruano da Operação Lava Jato.

Nadine Heredia teve o privilégio de ser acolhida pelo governo Lula que se valeu da Força Aérea Brasileira para conduzi-la diretamente à Brasília, após se refugiar na embaixada brasileira em Lima, quando deveria estar no tribunal.

O Terceiro Juizado Colegiado da Corte Superior Nacional do Peru considerou Nadine e Ollanta Humana, ex-presidente de 2011-2016, culpados por lavagem de dinheiro. Tendo recebido recursos do ditador venezuelano Hugo Chávez e da empreiteira Odebrecht para financiar duas campanhas eleitorais.

O esquema de corrupção da Odebrecht abrange quatro ex-presidentes do Peru. Alejandro Toledo (2001-2006), Alan García (2006-2011), que se suicidou em 2019, antes de ser detido, Ollanta Humala (2011-2016) e Pedro Pablo Kuczynski (2016-2018).

Em 2023, **Alejandro Toledo** chegou a pedir sua saída da prisão para receber tratamento contra um câncer, enquanto aguardava seu julgamento que culminou em uma pena de 20 anos e 6 meses de prisão, mas não teve a mesma deferência.

Para o procurador peruano do braço da operação Lava Jato naquele país, **a concessão do asilo foi vista como “uma confirmação da relação entre o PT, de Lula, e o ex-presidente peruano Ollanta Humala”, “sugerindo a afinidade ideológica como motivação”**, segundo divulgou matéria do Gazeta do Povo.

O asilo concedido foi invocado com base na **Convenção sobre Asilo Diplomático de 1954, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 13, de 1957**. Porém, **a convenção é clara em definir que o asilo concedido é para pessoas perseguidas por motivos ou delitos políticos, não sendo lícito conceder asilo a pessoas que, na ocasião em que o solicitem, tenham sido acusadas de delitos comuns, processadas ou condenadas por esse motivo pelos tribunais ordinários competentes, sem haverem cumprido as penas respectivas, cabendo ao Estado asilante a classificação da natureza do delito ou dos motivos da perseguição** (art. I c/c art. III).

Portanto, o fato motivador para a concessão do asilo seria a imputação e condenação como crime político ou mesmo haver uma perseguição. No caso em questão, a condenação de Nadine Heredia, que aguardava sua sentença em liberdade, foi por corrupção e lavagem de dinheiro.

Até mesmo a “questão humanitária” neste caso é questionável, considerando que a asilada, [segundo o Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, se manterá no Brasil por meios próprios](#). O Peru como a maioria dos países conta com uma estrutura de saúde pública e privada. Em que pese as deficiências do sistema público, diante do baixo financiamento, pessoas com acesso ao serviço privado podem ter seus tratamentos de saúde realizados naquele país.

A posição diplomática assumida pelo governo Lula demonstra sua total conivência com governos corruptos, e sua condescendência direta com práticas ilícitas que afrontam o estado democrático de direito. Seu “asilo humanitário” leva o Brasil a uma situação vergonhosa no cenário nacional e internacional ao garantir a impunidade, ao atuar de modo a contribuir para a fuga de uma pessoa da Justiça de seu país.

A medida gerou imediata reação da imprensa peruana, que repercutiu negativamente à ação brasileira, segundo matérias da Isto É e do PlatôBR, a manchete do [Diário Trome afirmou que "corruptos se protegem", considerando vergonhoso o asilo concedido a condenada por crime de corrupção. O “Correo” repercutiu o caso como uma “zombaria à decisão judicial”](#). Para o [Perú 21, a saída de Nadine foi um "fuga friamente calculada". Outro veículo, o Lá Razón, foi além. "Nadine viverá em mansão em São Paulo" tendo sido "escortada por agentes federais brasileiros"](#).

A Transparência Internacional (TI), organização global ligada ao combate à corrupção, foi direta ao ponto ao criticar a postura do governo Lula. [A concessão de asilo, realizada sob a justificativa de proteção humanitária, “levanta sérias dúvidas sobre o compromisso do Brasil com o combate à corrupção e à impunidade na região”](#).



- Nos últimos dias, assistimos a episódios que mancham a imagem do Brasil, envergonham nosso povo e ferem a dignidade nacional.
- Mesmo na UTI, onde tudo chega com atraso, as notícias não deixam de chegar. E o que se ouve, dia após dia, é o mesmo: um país sendo entregue, pouco a pouco, à inversão de valores, ao autoritarismo e ao escárnio internacional.
- Corruptos condenados por lavagem de dinheiro e desvio de recursos públicos passaram a ser recebidos como “perseguidos políticos”, transportados pela Força Aérea Brasileira e acolhidos com honrarias por um governo que distorce o instituto do asilo para se solidarizar com quem rouba do próprio povo.
- Ao mesmo tempo, traficantes internacionais são mandados para a casa numa confusão vergonhosa que instrumentaliza a justiça para fazer “retaliação diplomática” contra a Espanha, país que, assim como os Estados Unidos e a Argentina, já reconhece a motivação política por trás de decisões proferidas no âmbito dos inquéritos intermináveis de Alexandre de Moraes e enxerga a criminalização absurda da opinião em nosso território.
- Infelizmente, a imagem do Brasil no exterior está sendo dilacerada por quem deveria defendê-la. A nossa justiça não pode continuar sendo usada como instrumento de vingança de acordo com os caprichos e vontades de um único homem.
- Isso traz insegurança jurídica e instabilidade, mina a credibilidade do judiciário, e traz custos cada vez mais altos para o nosso país. O mundo está se dando conta disso e está cada vez mais assustado com o que está descobrindo.
- Nenhuma democracia sobrevive quando a balança da justiça é usada como arma, e não como garantia de liberdade e de direitos.
- O Brasil merece mais. E vai se levantar.

Jair Bolsonaro, no [X](#).

